

**O EMPRESARIADO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA DITADURA MILITAR:
CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO DA USINA DE CAMBAÍBA, EM CAMPOS
DOS GOYTACAZES, COM O APARELHO REPRESSIVO**

**RURAL BUSINESS IN THE COURSE OF THE MILITARY DICTATORSHIP:
CONTRIBUTIONS ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN THE CAMBAÍBA MILL,
IN CAMPOS DOS GOYTACAZES, AND THE REPRESSIVE APPARATUS**

DOI 10.5281/zenodo.15116951

Lavínia Izidoro Martins¹

Resumo: O presente trabalho parte da análise de algumas das contribuições historiográficas acerca da relação entre setores da sociedade civil - particularmente o empresariado - e a ditadura militar, a fim de apresentar um panorama que permita a caracterização de um caso específico: a relação entre a Usina de Cambaíba, em Campos dos Goytacazes, cujos fornos foram utilizados para incineração de corpos de opositores da Ditadura, e o governo militar. Nesse sentido, pretendemos identificar nesse caso em específico contribuições sobre a forma como essas relações civis-militares se apresentavam no contexto do empresariado rural.

Palavras-chave: Ditadura. Empresariado. Repressão. Cambaíba. Campos dos Goytacazes.

Abstract: The present work is based on the analysis of some historiographical contributions regarding the relationship between sectors of civil society—particularly the business community—and the military dictatorship, in order to present an overview that allows for the characterization of a specific case: the relationship between the Cambaíba Mill in Campos dos Goytacazes, whose furnaces were used for the incineration of bodies of opponents of the dictatorship, and the military government. In this sense, we aim to identify specific contributions regarding how these civil-military relations manifested in the context of the rural business sector.

Keywords: Dictatorship. Business community. Repression. Cambaíba. Campos dos Goytacazes.

¹ Mestre em História Social e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ). Vinculada ao Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole (IMAM), desenvolve pesquisa na área de patrimônio, repressão e transição política no Brasil, tendo como objeto de estudo a disputa memorial pelo prédio do Antigo DOPS do Rio de Janeiro. E-mail: laviniaizidorom@gmail.com

Introdução

As relações entre a ditadura militar e setores da sociedade civil vêm sendo muito discutidas pela historiografia, com o intuito de caracterizar o apoio civil ao regime a partir das formas de apoio político, financeiro, trocas de favores e outras configurações de vínculos dos militares com diversas camadas da sociedade, mesmo antes do golpe de 1964, na elaboração da crítica ao governo Goulart e nas estratégias de repressão aos movimentos sociais ascendentes - além de investigar de quais camadas da sociedade civil vinha esse apoio. Neste trabalho, pretendemos oferecer contribuições para a análise do apoio oferecido ao regime militar por um setor específico da sociedade: o empresariado rural e, mais estritamente, a elite agrária fluminense e a atuação de uma das usinas de açúcar no interior do estado do Rio de Janeiro.

Partimos aqui de um fragmento do testemunho concedido por Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Operações Políticas e Sociais (DOPS) do Espírito Santo - no Livro *Memórias de Uma Guerra Suja* (2012) e também à Comissão Nacional da Verdade (CNV) - em que relata a utilização dos fornos de uma usina de açúcar - Usina de Cambaíba - em Campos dos Goytacazes, para incineração de corpos de militantes mortos em tortura, a maioria dos quais levados da casa da morte, em Petrópolis. O livro é na verdade uma narrativa longa, que abarca diversos casos de desaparecimentos, assassinatos e outras violações que praticou a serviço da ditadura, ou nos quais esteve de alguma forma envolvido.

Uma das mais influentes usinas produtoras de açúcar no Norte Fluminense, a Usina de Cambaíba foi fundada no início do século XX, mas teve seu auge produtivo entre os anos 60 e 80. Apesar do crescimento exponencial, a usina faliu na virada do século como a maioria das indústrias açucareiras campistas (MESQUITA, 2012). A figura que se destaca para nós é a de seu proprietário durante o auge, Heli Ribeiro Gomes, que Guerra aponta ter sido o responsável por ceder os fornos da usina para a operação denunciada. Figura de destaque econômico, social e político na cidade, Heli começou sua carreira política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual se elegeu

deputado federal em 1959, mas durante a ditadura foi liderança do partido desta, Arena, chegando a ser empossado como governador biônico do estado. Apesar do ineditismo do caso revelado por Guerra, a proximidade ideológica do usineiro com o regime já era atestada.

De acordo com Guerra, sua presença na região de Campos não se inicia aí: ele afirma que na época (década de 1970) mantinha relações de interesses com os usineiros ali em geral, por conta de um esquema de emissão de carteiras do DOPS de modo a facilitar obtenção de licença para posse de armas para proteger suas terras de possíveis invasões. Partindo justamente dessas trocas de favores que embasaram o desenvolvimento da relação de Guerra com as elites agrárias no norte fluminense, pretendemos discutir o caso de Cambaíba a partir de estudos recentes sobre formas de apoio recebidas pelos governos ditatoriais do empresariado brasileiro.

Nesse intuito, vamos introduzir o tema a partir de uma ambientação do debate historiográfico sobre o tema, buscando identificar as bases desse apoio político do empresariado em geral e, a seguir, do empresariado rural, em particular, desde as articulações do golpe de 1964. O intuito desse debate inicial é traçar um panorama de como se formou essa cooperação e quais aspectos abarcou para, assim, identificar tanto em que o caso de Cambaíba contribui como exemplo dessa relação empresarial-militar, como aquilo que a sua revelação traz de novo. Além disso, a análise nos ajuda a identificar na personagem de Heli Ribeiro Gomes um exemplo pessoal de parceria ideológica, política e de repressão direta entre empresário e governo ditatorial.

As fontes utilizadas abarcam os sucessivos testemunhos prestados por Cláudio Guerra nos anos que se seguiram à publicação do livro, entre os quais se inserem dois depoimentos à Comissão Nacional da Verdade, um em 2012 e outro em 2014 (este último tendo o caso de Cambaíba como foco), e depoimentos prestados ao Ministério Público Federal, que moveu investigação contra ele por ocultação de cadáver. Além disso, a investigação do MPF também levou à oitiva de outras personagens envolvidas cujos testemunhos nos ajudam a ambientar a denúncia e compreender o

funcionamento da operação, além de confirmarem as relações desenvolvidas entre Guerra e a família proprietária. Desde a criação da CNV, em 2012, o Brasil passou a uma nova fase em sua relação com o passado traumático, já que, embora não tenha tido efeitos jurídicos, ou seja, não tenha poder de levar militares responsáveis por violações a julgamento, o trabalho de reconstrução e investigação dos excessos cometidos pelo Estado e seus agentes deu voz às vítimas e permitiu a familiares de mortos e desaparecidos políticos respostas sobre seus entes. Como aponta Caroline Bauer em trabalho sobre o processo de implementação da CNV (que não aconteceu sem disputas): “A CNV, enquanto uma política de memória, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente em que se procura orientar as ações e investigações entre ‘futuros passados’, ‘passados presentes’ e ‘passados que não passam’” (BAUER, 2015, p. 121).

Bauer faz, a partir desse processo, um debate sobre os usos públicos e políticos do passado que se evidenciam nas disputas narrativas sobre a criação da CNV, disputas nas quais a impunidade implementada pela Lei de Anistia é constantemente evocada para apontar a iniciativa de “remexer no passado” uma atitude revanchista. O então deputado Jair Bolsonaro, em discurso às vésperas da criação da entidade, chega a considerar que o congresso estaria “apunhalando” as forças armadas (BAUER, 2015, p. 139).

É a partir dessa perspectiva de usos públicos do passado que a autora discute, ainda, o trabalho com a História do Tempo Presente no Brasil e o papel do historiador nesse processo. É a partir dessa perspectiva e do imperativo que toma o direito à verdade e à justiça como nova forma de lidar com o passado recente que salientamos a importância do estudo de caso no que se refere ao amparo que setores da sociedade civil deram ao regime militar, especialmente no que se refere a uma contribuição mais do que política, mas na repressão direta e nas violações dos Direitos Humanos tais como desaparecimentos forçados, ocultação de cadáver e tortura. Com base nas similitudes que a análise bibliográfica sobre o apoio de empresas e entidades patronais à ditadura

demonstra com o caso de Cambaíba - especialmente no que diz respeito às trocas de favores e benefícios que marcaram essa relação -, é possível admitir que o sangue presente na relação empresarial-militar sobre a qual nos debruçamos não componha uma exceção, de modo que a pesquisa aprofundada pode revelar violações semelhantes em outras empresas.

A relação de classe do golpe à luz de alguns estudos recentes

O apoio recebido pela ditadura militar de setores da sociedade civil, tanto no governo em si como na preparação do golpe de 1964, já na organização da oposição ao governo João Goulart, deu espaço a um debate historiográfico que buscou caracterizar essa relação civil-militar e colocou em destaque a questão: de que parcela da sociedade ele vinha? Evidentemente, não é possível falar de uma participação da sociedade geral. No bojo dessas discussões, Marcelo Badaró Mattos (2015) discute a presença de um sentido de classe no golpe, indicado a partir do fato de que alguém foi beneficiado e alguém foi atingido, e que “se revela também naquilo que o golpe e a ditadura buscaram conter: a ação política autônoma da classe trabalhadora” (MATTOS, 2015, p. 47), retomando a concepção de Florestan Fernandes de que, dada a conjuntura política de crise da hegemonia de certos setores da sociedade, o golpe de 1964 tivera o sentido de uma “contrarrevolução preventiva” (MATTOS, 2015, p. 43). O autor destaca, portanto, a necessidade de se fazer uma análise de conjuntura para caracterizar as bases dessa relação civil-militar.

Nesse quesito, Carlos Fico (2017) aponta que a problemática da questão do suporte civil à ditadura parte da definição do lado em que cada uma dessas parcelas se portava em relação ao golpe, indicando que “os críticos marxistas não parecem essencialmente incomodados com a não utilização do conceito de classe, mas com a ocultação do fato de que, em 64, alguém foi derrotado” (FICO, 2017, p. 34). Nesse sentido, o que ele ressalta é que havia um interesse por parte de uma parcela da

sociedade civil em manter uma ordem social suscetível ao desenvolvimento do capitalismo, e daí nasce a sua participação no processo político em desenvolvimento.

É evidente que, por se tratar de movimento que objetivava garantir e aprofundar a inserção do Brasil no capitalismo – obviedade que salta aos olhos – o golpe de Estado de 1964 e o regime que o sucedeu atingiram, mais do que o trabalhismo e o comunismo, todos aqueles que, no capitalismo, segundo a ótica marxista, estão submetidos às relações de subordinação e dependência que marcam a típica dominação desse modo de produção. Ou seja, o golpe atingiu o proletariado. Nesse sentido – ainda segundo a ótica marxista – o Estado brasileiro, antes e depois do golpe de 1964, tinha uma natureza de classe. (FICO, 2017, p. 35)

Se temos em vista, então, que o golpe atingiu o proletariado, como definimos a quem ele (e o governo que o seguiu) beneficiou? O que o autor aponta é a necessidade da identificação desses setores de maneira mais precisa, quais as parcelas da sociedade civil que de fato foram beneficiadas e, inclusive, influenciaram no processo político que seguiu? Além disso, ele salienta que esse apoio era exercido de diversas formas e em níveis diferentes por categorias sociais diferentes e, portanto, “simplesmente falar de apoio é impreciso” (FICO, 2017, p. 34).

Dentre tais, um dos que se destaca é o empresariado. Numerosos estudos apontam para a formulação ideológica e tática das organizações de empresários que se articularam nas críticas ao governo de João Goulart e, no pós golpe, para a manutenção da estrutura de classe e dos interesses das classes dominantes, pautando pelo conservadorismo em relação aos costumes, e garantindo para os interesses do capital transnacional um Estado liberal no que tange à economia, às relações econômicas internacionais e à defesa da propriedade privada (MOREIRA, 2020, p. 29), tecendo severas críticas a movimentos sociais e indicando os perigos de um avanço comunista a partir de seus discursos.

A fundação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) em 1962 evidencia que o setor já vinha se organizando no que seria uma espécie de partido do empresariado, através do instituto de cunho filantrópico cujos estudos buscavam, especialmente, propagar ideias na intenção de criar um “consenso” num sentido pedagógico, através da propaganda e manipulação de opiniões.

A maior parte dessas ações tinha como objetivo central o expurgo de possíveis ameaças comunistas, fosse no campo ideológico, através de espessas campanhas anticomunistas, publicações e uma certa “manipulação da opinião pública” (MOREIRA, 2020, p. 24); fosse em questões mais diretas como o auxílio direto à repressão. Nesse quesito destacamos dois pontos trabalhados por ela: o primeiro é a questão da propagação dos estudos ipesianos e da ampliação de seus membros, caracterizada, por exemplo, pelo recrutamento de estudantes nas universidades - um processo importante na ideia da criação do consenso. O segundo no que diz respeito à repressão, onde Moreira destaca o controle de funcionários dentro das fábricas, além da formulação de listas dos possivelmente subversivos, cujas ações deveriam ser observadas pelo governo, muitas das quais organizadas por empresários que seriam membros do IPES (MOREIRA, 2020, p. 32). Nesse sentido, “o IPES representou o auge da articulação empresarial naquele período, pois possuía alto grau de sofisticação e versatilidade e era a face do projeto de poder pautado pelo empresariado no bojo da elite transnacional” (MOREIRA, 2020, p. 189):

(...) era uma espécie de grupo de risco, logo, deveriam sofrer agressiva campanha de denúncia das práticas que intitulava como não condizente com a lógica empresarial. Um exemplo já citado deste tipo de ação foi a “queimação” do grupo Ducal por fazer propaganda em jornais considerados de viés esquerdista. A ideia era suscitar o receio de ter o nome associado ao comunismo e com isso aumentar o número de empresários dispostos a colaborarem com o IPÊS (MOREIRA, 2020, p. 190).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, ampliou essa influência das classes dominantes, formando, junto ao IPES, “um poderoso complexo em defesa dos interesses multinacionais e associados” (MOREIRA, 2020, p.

134). Assim como o IPES, ele surge como uma instituição filantrópica, mas suas ações são marcadas por tentativas de intervenção em eleições, como na de Miguel Arraes no Pernambuco, e por um “terrorismo ideológico” (MOREIRA, 2020, p. 134) marcado pelas perseguições a jornalistas e outros personagens acusados de subversão, e propagandas anticomunistas; além disso, obtinham suntuoso levantamento de fundos por meio de grandes doações. No quesito da violência física, ela pontua:

Não é possível confirmar a veracidade sobre “o sangue” presente nas ações do IBAD. No entanto, ao longo dos textos da CPI, há diferentes relatos de ameaças – até mesmo físicas – envolvendo as ações do IBAD. Nesse sentido, vale destacar que o IBAD também mantinha relações estreitas com grupos/organizações como o Movimento Anticomunista (MAC) e o Bureau de Informações Políticas (BIP), este último muito ativo em Minas Gerais (...) (MOREIRA, 2020, p. 146).

Outra entidade de organização patronal de expressiva influência foi o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), a partir do qual Renato Lemos (2018) analisa a relação entre militares e empresários apontando o GPMI, entre 1964 e 1967, como um complexo industrial-militar, com pensamentos e estratégias que se assemelham aos do IPES e do IBAD. O autor identifica uma série de conferências em torno da garantia da segurança nacional que se desenvolve ao longo de conferências e formulações dessa parcela da sociedade, já na preparação ao golpe.

A partir daí, é estabelecida uma rede de trocas de informações e favores que permeia a relação entre os setores antes do golpe e durante o regime. Lemos destaca a produção de material bélico por industriais civis para fornecer à segurança nacional, numa composição que buscava tornar o Brasil independente no que concerne a equipamento militar, e situava o país no contexto mais amplo da Guerra Fria. Essa cooperação se inicia no âmbito da Fiesp, mas, como o autor aponta, uma frente de oficiais foi formada pelo então ministro da guerra, A. Costa e Silva, para transmitir para as federações dos outros estados a experiência paulista e conseguir, assim, maior adesão. Dessa forma, “os negócios também são uma via de afirmação do papel atribuído pela ditadura ao setor industrial brasileiro na geopolítica do anticomunismo(...)” (LEMO, 2018, p. 93). Essa mesma forma de cooperação pode ser encontrada no seio

do empresariado rural, de modo que o acordo feito com a Usina de Cambaíba evidencia uma sucessão de favores, menores ou maiores, entre o governo e empresários que nem se inicia e nem se encerra na utilização de seus fornos, e também não é exclusiva do caso. Por isso, analisaremos a organização empresarial no campo para, a partir disso, identificar quais são os elementos de troca que o caracterizam.

O campesinato em perspectiva

A conjuntura social do campesinato brasileiro às vésperas do golpe militar delineava o que viria a se tornar a preocupação por trás das organizações patronais rurais: a luta organizada dos trabalhadores, que já ganhava significativa expressão desde a década de 1930. Dentre as pautas levantadas pelos movimentos, destaca-se a diferença entre as condições de trabalho na cidade e no campo, e a regulamentação das relações de trabalho mais especificamente - isso porque a garantia dos direitos trabalhistas que regia a produção urbana não se estendia ao mundo do trabalho rural, onde as relações de patronagem tinham aspectos específicos, marcados, inclusive, pela violência e pelas marcas do colonato. Leoneide Medeiros (2021) salienta, ainda, os impactos da modernização na vida do trabalhador rural e a luta pela reforma agrária, já que as insatisfações com o latifúndio como sistema de produção tornaram-se motor na luta do campo:

A partir da progressiva publicização dos conflitos no campo e do crescimento de demandas e da organização dos trabalhadores rurais, a palavra latifúndio passou a designar não só grandes propriedades marcadas pelo atraso tecnológico, mas também por relações de opressão, exploração, violência e de apropriação privada e ilegal de terras devolutas, prática conhecida como grilagem (MEDEIROS, 2021, p. 185).

Em meio às insatisfações com as condições de trabalho, organizou-se, em Pernambuco, a primeira Liga Camponesa reunindo as principais demandas do campesinato. Antônio Torres Montenegro (2004) destaca que o motor central da formação das ligas foi a dificuldade da sindicalização rural em razão da pressão do bloco

agrário que tecia intensas críticas aos sindicatos, nas quais os acusavam de subversão e ameaças da ordem no campo. Assim, as ligas camponesas percorreram o país levando como pautas principais a reforma agrária e a consolidação das leis trabalhistas no campo.

A expressão que elas tomaram obteve de pronto a atenção das elites agrárias, que viam qualquer movimento de organização da classe trabalhadora uma “ameaça à ordem social e, sobretudo, à ‘paz agrária’ dos latifundiários”(MONTENEGRO, 2004, p. 396), assim como as pautas levantadas pelas ligas iam de encontro com as bases do desenvolvimento agrícola, no raciocínio das elites rurais:

(...) na lógica patronal, qualquer movimento dos trabalhadores que pudesse revelar algum sinal de mudança no *modus vivendi* de conformismo e submissão constituía numa ameaça ao que era considerado ordem e paz no campo e, portanto, tratado como um caso de polícia. (MONTENEGRO, 2004, p. 396)

Nesse sentido, dois pontos nos chamam especial atenção. O primeiro é a caracterização do nordeste - pelo IPES, por exemplo, mas não apenas - como região de perigo de subversão, a partir do avanço das ligas camponesas e sua aparição na imprensa nacional (DEZEMONE, 2016). A segunda é a construção das organizações empresariais no campo, que tomam forma pautando, de maneira geral, as políticas que consideravam peças-chave na manutenção da liberdade empresarial. Leonilde Medeiros aponta que as três demandas principais eram a modernização da agricultura, com o apoio do Estado; o combate à reforma agrária; e a garantia de rejeição a qualquer possível regulamentação das relações de trabalho no campo que, além de atentar à liberdade empresarial, segundo eles, trazia “o risco de ‘estabelecer a desordem nas fazendas’” (MEDEIROS, 2021, p. 192). Além disso, acusavam os sindicatos de subversão e comunismo, considerando-os uma ameaça também à liberdade empresarial. A questão agrária central para eles não era a da terra, como indicavam os movimentos pela reforma agrária, mas da modernização das técnicas agrícolas para explorar a terra em toda a sua capacidade (MEDEIROS, 2021, p. 190).

A ideia que defendiam era, portanto, a de que o Estado deveria garantir os subsídios para o desenvolvimento do setor agrário e, junto a isso, seguir diretrizes políticas que mantivessem a ordem econômica e social já existente:

A empresa, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de uso da terra: baseado numa administração racional (em termos do padrão produtivo que se desejava implementar), integrado a mercados e fundado em princípios de “justiça social”. Tratava-se também de incentivar a constituição de uma próspera classe média rural, entendida, tal como preconizado pelo Ipes e Ibad, como barreira à difusão das ideias “de esquerda” no campo. Para tanto, eram necessários mecanismos de indução para que, mesmo que propriedades de pequeno porte ou familiares, se transformassem em prósperas empresas. (MEDEIROS, 2021, p. 196)

Como dito, a ameaça que as organizações patronais sentiam se mostrava presente já desde o início da organização das Ligas: qualquer possível ameaça à paz agrária imediatamente tornava-se um caso de polícia. Essa preocupação fazia com que contassem com a segurança não só da força policial, mas também de uma espécie de segurança particular, cujas ações se caracterizaram por infiltrações nos sindicatos e espionagem, além da elaboração de listas de suspeitos comuns às fábricas nas cidades (MONTENEGRO, 2004). As organizações patronais encontravam nas instituições como o Ipes e o Ibad o apoio de suas demandas para a lógica rural: o Ipes, por exemplo, defendia uma ideia de reforma agrária pautada na reformulação do latifúndio, que permitisse ampliar a produção através da criação de uma “cooperativa de produtores” e, ao mesmo tempo, defendiam uma justiça agrária que fosse capaz de conter as revoltas e os problemas no campo: “De acordo com Dreifuss, esses estudos deram as diretrizes para uma reforma agrária que favoreceria a transformação empresarial do campo, beneficiaria a burguesia rural moderna e os empreendimentos agroindustriais multinacionais e associados” (MEDEIROS, 2021, p. 193).

Ademais, a questão do risco de desordem é muito reiterada nessa lógica (e o será também em Campos). A autora destaca que era uma relação de mão dupla, pois, para os governantes também era interessante a manutenção da estrutura rural, já que encontravam nas elites agrárias tanto um apoio político, quanto prático na repressão, através da contenção dos camponeses - ou seja, reproduzia-se no campo essa relação de troca que era marca no empresariado urbano também. Ela chama atenção para esse termo, “contenção dos camponeses”, destacado por René Dreifuss, como um

(...) eufemismo para defender as relações de poder que vigoravam no interior das propriedades e que envolviam tanto controle via relações de favor, quanto a violência aberta, que ia de despejos a assassinatos de lideranças. O uso da força quando qualquer demanda aflorava era uma prática antiga, gerada ainda no escravismo, que ganhou fôlego com a crescente organização dos camponeses, mas que também passou a ter maior visibilidade, tornando-se questão pública e transformando a violência em tema discutido em diferentes arenas (MEDEIROS, 2021, p. 193).

Essa preocupação com a desordem no campo e, principalmente, com a invasão de suas terras, também a tinham os proprietários de terras em Campos. A relação que Cláudio Guerra conta ter desenvolvido não apenas com os proprietários da Usina de Cambaíba, como com os usineiros da cidade em geral, teve seu início em um acordo justamente baseado no fornecimento de armas pelo ex-delegado, que cadastrava esses proprietários como agentes do DOPS para, munidos da identificação, obterem acesso facilitado aos armamentos e montar esse policiamento particular (MARTINS, 2024, p. 27). A reforma agrária de fato constituía uma preocupação para os usineiros na cidade: em edição de junho de 1963, o jornal Última Hora denunciava a compra massiva de armamentos por eles, no dia seguinte a uma invasão nas terras do Imbé, vindos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, reiterando que há uma tendência na cidade a lidar com a reforma agrária por meio da bala. Entre os nomes de usineiros citados está o próprio Heli Ribeiro Gomes.

Em janeiro de 1964, a estratégia nacional de organização dos proprietários do campo é ampliada com a criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA),

sindicato patronal rural, corporativo e autoritário, que viria a defender os interesses latifundiários e teve papel expressivo na derrubada do governo Jango. Nesse sentido, propunha políticas de incentivo à produção, como a modernização e o oferecimento de crédito agrícola (GALVÃO, 2020, p. 237), e posicionava-se em oposição à reforma agrária, à extensão dos direitos trabalhistas ao campo, a outros sindicatos e, especialmente, ao comunismo (GALVÃO, 2020, p. 212). Segundo Elisandra Galvão, “A expectativa na própria CNA era de que, como entidade sindical, se tornasse mais dinâmica para defender os interesses da agricultura e cooperasse mais com o governo como órgão consultivo dos poderes públicos” (GALVÃO, 2020, p. 209). Dessa forma,

A sua expectativa era que Castello Branco ouvisse o patronato rural, através da CNA, e estabelecesse um Estatuto da Terra que atendesse aos “interesses do País”. Estas são as primeiras pautas da CNA colocadas diretamente para o governo Castello Branco que se somavam ao pedido de cargos para pessoas que a Confederação julgava de confiança para estarem nas agências do Estado (GALVÃO, 2020, p. 217).

Assim, o pós-golpe trouxe à CNA a implementação de algumas de suas principais demandas, como o estabelecimento dos incentivos fiscais para a agricultura em diversos setores, além da implementação do crédito rural, que permitiu o investimento na modernização em muitas propriedades e, inclusive, foi ponto central no desenvolvimento da Usina de Cambaíba, bem como das demais usinas de açúcar campistas, às vésperas da crise que viria a falir a maior parte delas (DIAS, 2016). Podemos, então, identificar um lado beneficiado nesse sistema econômico e político que caracteriza a ditadura.

Nesse sentido, é importante situar o Brasil em relação à guerra fria, visto que o medo de uma revolução nos moldes da cubana ganha expressão nas críticas aos movimentos que buscavam reformas no campo. Marcus Dezemone (2016) aponta que entre 62 e 64 o tema aparece constantemente na imprensa, e foi justamente o que posicionou o Nordeste como o maior perigo de subversão pela expressão das Ligas,

especialmente a partir da popularização da palavra de ordem: "reforma agrária, na lei ou na marra".

A visibilidade obtida pelo lema coincidia com a vinda em massa de nordestinos de origem rural para as cidades do Sudeste, o que tornava os problemas do campo mais perceptíveis e próximos. Por essa via, fortaleceu-se também a noção de que na base do êxodo rural estava o latifúndio. Assim, a mobilização camponesa e a ação das Ligas foram vistas, naquela época, como decorrências naturais, consequências inevitáveis e legítimas da situação existente no campo brasileiro, gerada pelo latifúndio. As manifestações consagravam a ideia de que reforma agrária não era apenas a reivindicação principal desse grupo, mas que ela era necessária ao progresso da nação como um todo, ao considerar o latifúndio um óbice ao desenvolvimento brasileiro (DEZEMONE, 2016, p. 142)

Essa configuração fica evidente quando analisamos a passagem das Ligas Camponesas, sob liderança de Francisco Julião, pela cidade de Campos. Leonardo dos Santos (2020) situa essa visita em um momento de uma espécie de corrida para a aglutinação de movimentos no campo, de modo que o objetivo de Julião era, assim, angariar possíveis novos quadros. Em sua análise, o autor coloca em foco a relação crescente entre trabalhadores das usinas da cidade e o partido comunista, destacando algumas falas de Delso Gomes, liderança comunista, sobre o contexto da passagem de Julião:

O crescimento do PCB juntos aos trabalhadores de usina é um dos pontos altos de Gomes sobre a trajetória do partido em Campos no período pré-Golpe de 1964. As bases do Partido nas usinas de açúcar (Cupim, Queimados, Mineiros, São José, Poço Gordo e a mais nova, Baixa Grande) trabalhavam em sintonia com a direção do sindicato (...) (SANTOS, 2020. p. 30).

Essa aproximação reduzia-se, segundo ele, aos trabalhadores das usinas, mas era diferente nas lavouras em geral. Nesse episódio, chamamos atenção para a dicotomia na reação à presença de Julião em Campos:

Temos, portanto, líderes políticos da esquerda e representantes de categorias profissionais (trabalhadores de usina, trabalhadores da Leopoldina, rodoviários, metalúrgicos, bancários, funcionários) e uma “multidão de trinta mil pessoas” demonstrando admiração pela figura de Julião. Ao mesmo tempo, Pereira Pinto não deixa de destacar a ojeriza expressada por latifundiários e líderes religiosos ultraconservadores, como o bispo de Campos D. Antonio de Castro Mayer, que era também líder do movimento da T.F.P. (Tradição, Família e Propriedade) pela presença ali na cidade de tal personagem. A rejeição foi tão intensa, que tais setores viram nisso um ensejo para compra de armas (SANTOS, 2020, p. 20).

Para além da questão agrária em geral, a situação das usinas era muito particular, visto que nelas encontramos marcas latentes do colonato, da exploração e do paternalismo característico da relação patrão-empregado da época, além do fato de que os direitos trabalhistas, ademais das especificidades das relações no campo, enfrentavam ali a extensão da influência patronal gerada pelo fornecimento da moradia, por exemplo, além dos tempos de contrato variáveis e da predominância do trabalho informal (PINTO, 1995). Em contrapartida, no quesito dos auxílios aos proprietários de terras, a mediação estatal já era comum desde a década de 30, quando da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e se amplia com a ditadura militar. Nesse sentido, o Estado garantia a proteção das empresas, mas não do trabalhador. Simões e Marinho classificam Campos como, portanto, como uma experiência híbrida:

Em Campos dos Goytacazes, a expansão da capacidade instalada das usinas foi estimulada por uma série de políticas: programas especiais de crédito do Ministério da Agricultura para a compra de tratores, caminhões e jipes importados, através do Fundo de Mecanização da Lavoura; criação do Plano Estadual de Mecanização da Lavoura no âmbito da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; ampliação de créditos pelo IAA para os fornecedores através do Serviço de Mecanização do Banco dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro; e obras de infraestrutura como a pavimentação da estrada que ligava Campos a Niterói e abertura de estradas conectando municípios circunvizinhos (SIMÕES; MARINHO, 2015, p. 351).

Nesse sentido, os autores identificam que essa relação de moradia, onde o usineiro cedia a casa para o funcionário, criava uma relação de dependência que entrava em choque com as reivindicações dos direitos trabalhistas, porque estes ameaçavam a garantia de residência. Além disso, havia o problema do reconhecimento do vínculo de trabalho, já que muitos contratos de trabalho eram temporários, em geral medidos pela duração da safra, reiterando ainda mais a precarização das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

Octavio Ianni aponta como a atuação dos governos militares no campo favoreceu o capital imperialista: “No caso brasileiro, a política governamental chamada ‘política agrícola’ esteve sempre mais preocupada em explorar a agricultura para financiar o crescimento industrial do que em fomentar a produção agrícola e o bem-estar rural” (IANNI, 2019, p. 153). Nesse sentido, não apenas a afinidade ideológica dos proprietários de terras campistas os unia ao projeto econômico da ditadura, como a situação de agitação popular nas fazendas - resultado em última análise da situação exploratória dos contratos de trabalho - favoreceu consideravelmente que se criassem esses acordos de ajuda e apoio mútuo de que Claudio Guerra afirma ter muito se utilizado.

Nos fornos de Cambaíba

A despeito dos entraves colocados pelas estratégias conciliatórias que dão o tom da transição democrática na década de 1980 (LEMOS, 2018), crimes de tortura, assassinato e desaparecimento forçado cometidos pelo Estado vieram à luz a partir, principalmente, de testemunhos de vítimas e familiares - um exemplo foi a descoberta da Casa da Morte de Petrópolis, local que foi utilizado palco de um número expressivo de violações e cuja localização pôde ser identificada a partir do testemunho de sua única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, em 1979 (GROSSI; NETO, 2014). Esse trabalho com os testemunhos se expandiu significativamente a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, através da qual foram recolhidos os depoimentos tanto

das vítimas do regime, e familiares destas, como de algozes e pessoas ligadas ao regime. O caso de Cambaíba veio a conhecimento a partir de um desses testemunhos de agentes da repressão - a princípio compondo o relato apresentado em seu livro, mas foi em depoimento à CNV posteriormente que o ex-delegado esmiuçou as informações sobre a operação de forma mais ampla.

O que há de particular no caso dele, em relação aos demais algozes entrevistados pela CNV, é a espontaneidade com que revelou esses crimes - já que o livro foi publicado antes mesmo que a comissão iniciasse suas atividades. De acordo com ele, sua iniciativa de expor o que sabia veio a partir de sua conversão ao cristianismo durante o tempo em que estava na cadeia (Cláudio foi preso e condenado a 42 anos de prisão por sua ligação com o crime organizado do Espírito Santo). Na apresentação do livro, o jornalista Rogério Medeiros comenta que, até então, a participação de Guerra nos crimes de Estado da ditadura era especulada, mas nunca haviam sido confirmadas. *Memórias de uma guerra suja* vem, então, como uma forma de acerto de contas de um algoz convertido. Nos depoimentos prestados à CNV, ele constantemente reitera sua vontade de ser útil com o máximo de informações que puder prestar. Junto a esses, sobrepusemos as informações divulgadas na ação condenatória do Ministério Público Federal, em 2023, contra o depoente por ocultação de cadáver, que traz trechos dos depoimentos prestados, não apenas por ele, como por outros envolvidos no caso.

Guerra conta que recebia esses corpos da Casa da Morte ou do DOI do exército da Barão de Mesquita (RJ), das mãos do Coronel Freddie Perdigão, em sacos pretos fechados. Fazia, então, o caminho da capital até Campos em um carro particular, junto a dois policiais à paisana - sempre os mesmos policiais, como modo de segurança, em geral transportando dois corpos por viagem (CAMPOS DOS GOYTACAZES. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Condenatória AÇÃO PENAL Nº 5005036-93.2019.4.02.5103, da 2º Vara Federal de Campos. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Claudio Antonio Guerra. Campos dos Goytacazes, 8 de Junho de 2023, p. 22).

Na época do crime (1974-1975), a usina estava sob administração do então proprietário Heli Ribeiro Gomes, figura de renome na cidade - tanto econômica, como social e politicamente - tendo sido eleito deputado federal duas vezes (1958, 1962) e sido vice-governador biônico do Estado, além de liderar o partido da ditadura, o ARENA, no estado (DIAS, 2016, p. 68). A ideia da utilização do espaço partiu do próprio delegado num momento de seu serviço em que, segundo afirma no livro, havia passado de executor (assassino) do regime para estrategista. Assim, a proposta veio como solução ao fato de que as estratégias até então utilizadas para desaparecer com os corpos de vítimas, como as valas clandestinas ou alçar ao mar, estavam “manjadas” (GUERRA; MEDEIROS; NETTO, 2012, p. 52). A negociação aconteceu diretamente entre os responsáveis pela Casa da Morte, o Coronel Freddie Perdigão e o Comandante Vieira, e o proprietário, Heli, cuja única participação, entretanto, teria sido essa reunião: ele não estava presente nas operações que se seguiram nem chegou a ver qualquer corpo.

Ao chegar a Cambaíba, Cláudio relata que esperavam que anoitecesse para que pudessem se dirigir à boca dos fornos e dar início à operação. Participaram dela, além do próprio delegado, João Albernaz Gomes (o João Bala), filho de Heli, um funcionário chamado por Guerra de Vavá (Erval Gomes) e o gerente conhecido por Zé Crente. Este último era responsável por dispersar os funcionários que pudessem estar no local, já que, ainda que esperassem um momento de menor circulação (por volta das 22:00), os fornos permaneciam em funcionamento ininterruptamente, de modo que poderia haver sempre alguém por perto. O filho do Heli, João Bala, foi com quem ele primeiro teve contato: se conheceram a partir dessa operação de cadastro para carteiras do DOPS a que foi indicado por outro empresário da região. Assim começou a relação entre eles e, em seguida, diversos funcionários de confiança da usina receberam o mesmo registro, e passaram a andar armados pela propriedade (MARTINS, 2024, p. 26).

Esse acesso a armas é confirmado pelo depoimento do sobrinho de Vavá, que confirma que o tio portava arma no trabalho e gozava da total confiança da família (MARTINS, 2024, p. 96). Guerra também chegou a comentar no depoimento à CNV

que havia um registro da operação das carteiras do DOPS, e que pretendia reuni-los para entregar à comissão, mas fora informado que haviam sido destruídos. De acordo com ele, esses registros estavam no arquivo estadual do Espírito Santo (GUERRA, 2014).

Uma vez que os corpos eram entregues em sacos fechados e levados assim no porta-malas do carro, a identidade das vítimas não era informada a ele. Por ocasião da formulação do livro, no entanto, o delegado foi capaz de reconhecer as doze pessoas que transportou por meio das fotos dos registros de desaparecidos. Em depoimento à CNV, Guerra comenta que isso foi possível porque, entre o momento de chegada à usina e o horário da operação, tinha o costume de “espiar” nos sacos (CAMPOS DOS GOYTACAZES, op. cit., p. 24). Os doze identificados foram: Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva, Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, David Capistrano, João Massena Melo, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Armando Teixeira Frutuoso e Thomaz Antônio da Silva M. Neto. Foi também a partir dessas aberturas dos sacos que Guerra concluiu que a causa das mortes tenha sido provavelmente tortura, porque os corpos chegavam bastante machucados e sem marcas de tiros (CAMPOS DOS GOYTACAZES, op. cit.).

Além do livro em si, os detalhes sobre o caso foram repassados em sucessivos depoimentos. Já em 2012, Guerra prestou seu primeiro no âmbito da CNV, onde esclareceu detalhes sobre a grande parte das denúncias que fez. No segundo, em 2014, prestou esclarecimentos mais profundos sobre dois casos em específico, e interligados: o funcionamento da Casa da Morte de Petrópolis e o transporte dos corpos para Cambaíba. Neste, foi feito um novo reconhecimento por meio de fotos das vítimas que ele indicou, não só em Cambaíba, mas em outros casos de que participou. Um extenso depoimento também foi prestado ao Ministério Público Federal, que moveu um processo contra Guerra por ocultação de cadáver - que, sendo crime de lesa-humanidade, não foi considerado passível de anistia ou prescrição. O caso já foi julgado e a sentença saiu em 2023, condenando o réu, para cada um dos crimes (a saber: cada

uma das viagens de transporte), a 02 anos, 07 meses e 15 dias de reclusão e 116 dias de multa.

Diante do exposto, é notável que a utilização dos fornos de Cambaíba como aparelho da repressão é um objeto privilegiado de análise sobre as bases das relações de favorecimento mútuo que vêm sendo discutidas pela historiografia entre o empresariado e o governo nesse período. Em primeiro lugar, a relação com a família Ribeiro Gomes não era o único laço estabelecido pelo delegado na cidade. Na verdade, a sugestão dessa usina em particular foi mais o resultado de uma questão prática: era a única na região sob administração de uma única família, sem sociedade, e assim resultava no envolvimento de um número menor de pessoas e, conseqüentemente, um sigilo facilitado (GUERRA; MEDEIROS; NETTO, 2012, p. 51). As conexões estabelecidas com os demais usineiros campistas não diferiam muito, entretanto, já que se baseavam igualmente na troca de favores por apoio político: Guerra aponta que construiu uma rede de relações, abarcando tanto Campos como outros municípios do estado, porque o esquema de registrá-los como agentes do DOPS lhes possibilitou uma defesa armada cuja necessidade se mostrava cada vez maior conforme cresciam as mobilizações no campo.

Nesse sentido, cumpre retomar o que apontava Leoneide Medeiros sobre o papel desempenhado pelos proprietários de terras na contenção dos camponeses, muito útil ao regime em um contexto de crescimento das ligas camponesas e das mobilizações por reforma agrária (MEDEIROS, 2021). Cabe ressaltar, ainda, que a posição da elite usineira em relação ao jogo político na cidade de Campos no período era privilegiada, dada a composição do que Igor Dias (2016) caracteriza como “elite usineira política”, uma fração dentro da elite como um todo, e dentro da elite política em particular, predominante nos cargos elegíveis e de extrema influência nos rumos da política da cidade em geral.

Como visto acima, a passagem de Francisco Julião pela cidade havia ainda despertado proprietários de terra para a necessidade de adquirir armas (SANTOS, 2020,

p. 20). Guerra salienta a respeito que em Cambaíba registrou não apenas os proprietários como outros funcionários - tanto os envolvidos com a ocultação de cadáveres como outros de confiança (Depoimento concedido à CNV, 2014, op.cit 1:28:50).

É evidente que a questão do monopólio administrativo da usina era acrescida da afinidade ideológica à ditadura militar: Heli Ribeiro Gomes elegeu-se deputado federal, em 1958 e em 1962, pelo PTB, e a imagem que construiu de si enquanto “amigo dos trabalhadores” (MARTINS, 2024, p. 55) bebe muito disso. Sua atuação política a partir do golpe militar, entretanto, deixa clara sua inclinação ao regime, já que foi liderança do partido do regime, ARENA, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, o usineiro foi um dos vice-governadores biônicos da ditadura. Em entrevistas concedidas após a publicação do livro de Cláudio Guerra, os filhos de Heli demonstram esforço discursivo em sublinhar a filiação ao PTB para ressaltar seu caráter de político trabalhista, enquanto a relação com a ditadura aparece reduzida à menção de que, dada a polarização política do período, “todo mundo tinha que escolher um lado” (MARTINS, 2024, p. 87). No livro, Guerra chega a afirmar que o usineiro “faria o que fosse preciso para evitar que o comunismo tomasse o poder no Brasil” (GUERRA; MEDEIROS; NETTO, op. cit., p. 51) ao explicar sua afinidade.

Embora Heli não tenha participado diretamente de nenhuma das incinerações, as negociações para início das operações foram diretamente entre ele e os dois apontados como responsáveis pela Casa da Morte: o comandante Vieira e o Coronel Perdigão - que era, este último, quem entregava os corpos. Cabe destacar que, mesmo antes dessas operações, o delegado já fazia uso dos canaviais da usina para desovar corpos de criminosos “comuns” que trazia do Espírito Santo e, além disso, afirmou em seu depoimento que os superiores podem (e acredita ter acontecido) ter utilizado em ocasiões de que ele não tivesse conhecimento (CAMPOS DOS GOYTACAZES, op. cit., p. 20).

O inquérito aberto pelo Ministério Público tinha como objetivo confirmar a plausibilidade da narrativa do ex-delegado. Essa confirmação vinha em dois sentidos: o primeiro era colocar o réu na cena do crime, ou seja, confirmar a sua presença corriqueira nas terras de Cambaíba - presença esta que foi negada reiteradamente pela família Ribeiro Gomes à época da publicação do livro (*Forró em Cambaíba*). O segundo era a confirmação das possibilidades técnicas - das quais também fez uso a defesa da família, que alegou que os fornos não tinham profundidade suficiente para caber um corpo, além de que não era possível se aproximar por conta das altas temperaturas. Em agosto de 2014 o MPF, junto a representantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da CNV, realizou uma reconstituição no local do crime para averiguar essas possibilidades, que desbancou a narrativa da defesa (MARTINS, 2024, p. 98). Além desses fatores, questionou-se sobre o cheiro, que poderia atrair atenção. Guerra já havia comentado à CNV que isso também havia sido pensado por eles, mas que o cheiro do vinhoto, líquido produzido na queima da cana, era forte demais e, portanto, sobrepunha-se e camuflava o cheiro da incineração (CAMPOS DOS GOYTACAZES, op. cit.).

Como apontamos, essa relação era uma via de mão dupla, e, de acordo com Guerra, esse retorno veio através dos subsídios para a produção:

A usina passou, em contrapartida, a receber benefícios dos militares pelos bons serviços prestados. Era um período de dificuldade econômica e os usineiros da região estavam pendurados em dívidas. Mas o pessoal da Cambahyba², não; eles tinham acesso fácil a financiamentos e outros benefícios que o Estado poderia prestar (GUERRA; NETTO; MEDEIROS. 2012, p. 54).

Aqui estamos falando, então, de trocas de favores num sentido muito direto: Cláudio Guerra, enquanto agente do Estado, prestava um serviço ao Heli, que em contrapartida emprestava sua usina para ele diretamente. Mas há também aspectos de trocas nesse sentido num nível mais amplo: em que medida se deu a troca direta com o

² A grafia original era Cambahyba. Optamos por utilizar a grafia atual, Cambaíba.

governo em si? Como vimos, o apoio político era muito caro aos militares, além da contenção dos movimentos no campo, que já resultaram na união dos interesses com os usineiros em geral. Autores como Zandor Gomes Mesquita (2012) já indicaram que Cambaíba recebia ainda uma facilitação na obtenção de empréstimos e dos financiamentos que o governo oferecia aos produtores rurais. Como Mesquita salienta, a usina chegou a passar por uma grande reforma subsidiada por esses incentivos, junto à compra de outras unidades, uma operação que somou por volta de 12 milhões de cruzeiros provenientes desses empréstimos (MESQUITA, 2012, p. 86).

Há menção, ainda, a alguns favorecimentos mais diretos, como a queima de algumas plantações de cana de usinas concorrentes com carbureto (a pedido do Coronel Perdigão) que, ainda que não tenham realmente quebrado nenhuma delas, colocou Cambaíba muito à frente das demais em termos de produção (GUERRA; NETTO; MEDEIROS. 2012, p. 59).

É importante salientar que nem todas as lacunas do caso puderam ser preenchidas por meio das fontes disponíveis. A CNV e o próprio MP manifestaram, por exemplo, o interesse em fazer outras acareações nos fornos da usina, buscando inclusive resíduos de materiais genéticos, ainda que com pouca chance de sucesso por conta do tempo. Em 2018, entretanto, os fornos foram destruídos - a autoria da ação é desconhecida. As fontes de que dispusemos, por outro lado, permitem reconstruir os caminhos da relação desenvolvida pelo ex-delegado com os proprietários: os depoimentos colhidos pelo MPF confirmam a presença de Guerra em eventos de família, aniversários, na casa de veraneio da família, bem como confirmam a facilidade com que dispunham do fornecimento de armas - a exemplo do supracitado depoimento do sobrinho de um dos envolvidos, Vavá. O próprio Erval Gomes, que ao início das investigações negou ter qualquer envolvimento no caso e sequer conhecer Cláudio, confirmou a presença dele na usina ao MPF.

A plausibilidade e as possibilidades técnicas da operação são confirmadas nas acareações do MPF, que reitera, ainda, o fato de não haverem encontrado qualquer

inconsistência no relato do réu ao longo dos anos. Além disso, a ex-esposa de Guerra, Maria Célia Soyka, chegou a informar que uma dessas incinerações ele a havia confessado. A devolutiva do governo, ou seja, a facilitação de financiamento, embora fosse parte de um programa de crédito rural vigente, apresenta o crescimento exponencial de Cambaíba em relação às demais usinas da cidade (MESQUITA, op. cit.). A isso soma-se, como vimos, a sabotagem direta de lavouras concorrentes.

Conclusão

À luz de algumas contribuições acerca do papel da sociedade civil no golpe de 64 e no governo que ele iniciou, podemos inferir que os acordos relatados por Guerra com os usineiros campistas eram comuns não apenas ao meio rural, mas aos empresários e a outras camadas dominantes da sociedade brasileira em geral. Cada um à sua maneira, muitos setores foram beneficiados pelo golpe e pela manutenção da ditadura, e as organizações patronais tiveram participação crucial no desenrolar da organização da oposição ao governo Goulart.

Nesse sentido, questões específicas relativas a cada um desses setores ainda carecem de análises mais profundas, mas já demonstram que essas relações se delinearão em uma extensa teia de apoios, favores e interesses mútuos não apenas em defesa de uma classe, mas na garantia de controle e subalternização de outra - o proletariado, tanto urbano quanto rural - e o pontual receio em relação aos movimentos sociais que se organizavam com cada vez mais expressão. Cambaíba é um exemplo dessa relação, sendo parte integrante das diversas faces do aparelho repressivo do Estado que foram descobertos tardiamente. Por isso, iniciamos essa análise com um pequeno balanço dos estudos historiográficos que se centraram nesse aspecto, para identificarmos, ao analisar o caso da usina, a forma como esses acordos se mostrou na prática em um objeto específico.

Assim, encontramos em Cambaíba expressões do que configurava os acordos políticos de setores dominantes e dirigentes da sociedade, em recíprocos

favorecimentos que ultrapassaram em muito as fronteiras do apoio político - a utilização dos fornos da usina pelo aparelho repressivo se soma a outras formas já discutidas de suporte oferecidas por empresários no campo e na cidade: controle e vigia de funcionários, elaboração de listas de suspeitos entre estes, fornecimento de armamentos, trocas de informações e dos mais diversos amparos. Além disso, como indicado, muitas das entidades de representação empresarial mantinham relações diretas com grupos de caça aos comunistas, por exemplo, e outras organizações de repressão direta. Da mesma forma, a contrapartida do governo também tinha largas fronteiras, perpassando favorecimentos econômicos, facilitação na obtenção de armas, e os próprios favorecimentos políticos como vimos na indicação de governadores e vice-governadores biônicos, que o caso de Heli exemplifica bem. Essa relação empresarial-militar se compôs, então, de uma multiplicidade de aspectos que iam do apoio político à repressão direta à esquerda.

Podemos assim definir, então, essa troca de favores em aspectos variados: de parte da empresa, e de Heli Ribeiro Gomes de forma mais direta, destacamos o apoio político, o controle dos movimentos e agitações no campo, e o auxílio na repressão direta, por meio da cessão dos fornos para ocultação de cadáver. De Cláudio Guerra, a empresa recebeu de facilidades no sentido de armamento a favores diretos como a queima das lavouras concorrentes. Há ainda os rastros de favores vindos do próprio governo, por meio dos empréstimos e financiamentos citados, além de, numa análise mais ampla, inserir-se como defensor de um projeto político e econômico que em geral se propunha a fortalecer o empresariado e o latifúndio. Heli era ainda, como visto, a liderança do partido no estado do Rio de Janeiro, e foi levado ao cargo de vice-governador ainda que não tenha ganho a eleição.

O que consideramos fundamental na cooperação empresarial e que esse caso elucida de maneira direta é justamente isso: mais do que a convergência política que se mostra nas campanhas anticomunistas e na propagação de ideias por meio das organizações empresariais, constituiu-se uma verdadeira troca de favores nos sentidos

mais amplos. Em sua tese, Fernanda Moreira aponta que, embora fosse especulado, nunca foi comprovada a presença de sangue nas ações do IBAD. O caso de Cambaíba constata esse sangue nas colaborações empresarial-militares, mas chama também atenção para muitos aspectos dessas colaborações de que ainda não temos conhecimento, salientando a importância que assumem a investigação e os testemunhos num processo de acerto de contas com o passado que se baseie em verdade e justiça, além da necessidade de estudos que se aprofundem em estudos de caso que ofereçam contribuições sobre esse apoio empresarial. Cumpre destacar que essa relação entre Cambaíba e o aparelho repressivo só foi descoberta quando da publicação de *Memórias de uma guerra suja*, em 2012, e que grande parte das violações aos direitos humanos ainda carecem de mais informações.

Por fim, é importante pontuar que a condenação de Cláudio Guerra por crimes de ocultação de cadáver representa um avanço em relação às políticas conciliatórias que marcaram a transição democrática brasileira, a propósito do que Caroline Bauer destaca que “estabelecimento das novas relações entre civis e militares dependeria do esquecimento dos crimes cometidos” (BAUER, 2014, p. 127). Desde o início de suas declarações, Guerra reforçou em todas as oportunidades que nunca havia torturado ninguém - apenas matado. Esse costume chamou atenção, pois foi presente no livro (GUERRA; NETTO; MEDEIROS. 2012, p. 71), nos depoimentos à CNV, em entrevistas posteriores, e leva a admitir que tenha sido uma escolha consciente de se proteger dentro dos limites da anistia - já que crimes de lesa-humanidade, como a tortura, não são passíveis de anistia. A sentença do MPF deixa claro, porém, que o crime de ocultação de cadáver também se insere na categoria e é, portanto, imprescritível e não anistiável.

Esse inquérito foi, na verdade, o segundo aberto para apurar o caso. O primeiro foi solicitado pelos herdeiros da usina ainda em 2012, que afirmavam ser os maiores interessados em esclarecer a história (CartaCapital, 2013). No mesmo ano, o promotor responsável pelo caso, Marcelo Lessa, decidiu por arquivá-lo fazendo alusão justamente

à anistia - junto à falta de provas pelo tempo e a não credibilidade da testemunha, Guerra, por ser um criminoso (LESSA, entrevista concedida ao CartaCapital, 2013). De acordo com o promotor, todos aqueles que poderiam ser punidos já estavam mortos e, ainda que não estivessem, os crimes estavam anistiados. Para Lessa, portanto, a impossibilidade de punir os responsáveis tornava a investigação inútil, de modo que exemplifica os entraves que a Lei de Anistia, na forma como foi aprovada pelo próprio regime, coloca na reivindicação de memória, verdade e justiça - três perspectivas que, como indica Elizabeth Jelin (2002), não podem ser separadas na perspectiva da justiça de transição.

Embora não esteja no escopo deste artigo uma análise aprofundada no tema, a reabertura do inquérito e a condenação de Cláudio Guerra por crimes a serviço do Estado ditatorial em um caso como esse tem em si um papel fundamental na construção de uma nova relação com o passado traumático brasileiro, já que vai na contramão dessa impunidade. Embora a passos lentos, esse processo vem se desenhando, a exemplo da condenação do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em processo movido pela família Teles por crime de tortura, cuja sentença saiu em 2008 (TELES, 2018). Nesse sentido, o caso de Cambaíba, sua descoberta e a investigação movida sobre ele, permitiu avanços significativos tanto no âmbito da verdade como no âmbito da justiça. Por fim, consideramos que a figura de Heli Ribeiro Gomes, à frente da usina e diretamente envolvido nas negociações dos acordos, é um perfeito exemplo do empresário contribuinte ao regime, no sentido político e ideológico e na troca de benesses que marcou essa relação.

Fontes

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório sobre a diligência técnica de visita à Usina Cambahyba, em Campos de Goytacazes (RJ). 7 de agosto de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/laudos-periciais.html>. Acesso em: 04 de fev. 2024.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Condenatória AÇÃO PENAL Nº 5005036-93.2019.4.02.5103, da 2º Vara Federal de Campos.

Autor: Ministério Público Federal. Réu: Claudio Antonio Guerra. Campos dos Goytacazes, 8 de Junho de 2023.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos da Ditadura. Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009.

GUERRA, Cláudio. Depoimento concedido à Comissão Nacional da Verdade em 23/07/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9ydg5FLHdE>. Acesso em: 15/10/2024.

HILL, Maurício. "Usineiros organizam 'caixinha' e compram armas para enfrentar a reforma agrária. *Última Hora*, 5 de junho de 1963, p. 3.

Referências

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90* – v. 22 n.42 dezembro 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia." *Sillogés* – v.3. n.1. jan./jun. 2020.

DEZEMONE, Marcus. "A questão agrária, o Governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois". *Revista Bras. Hist.* 36 (71) • Jan-Apr 2016.

DIAS, Igor Paolo Ribeiro. *Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes (RJ)*. Dissertação (mestrado em geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2016.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FICO, Carlos. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas." *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5 - 74. jan./abr. 2017.

GALVÃO, Elisandra de Araújo. *A política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado*. Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2020.

GROSSI, Diego; NETO, Roberto Schiffler. "A Casa da Morte de Petrópolis: A importância da (re)construção de uma memória além da 'Cidade Imperial' para a consolidação democrática". *Revista Acesso Livre*, RJ, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 2014.

GUERRA, Cláudio. NETTO, Marcelo. MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: topbooks, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964- 1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. "O grupo permanente de mobilização industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs). *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro : Consequência, 2018.

MARTINS, Lavínia Izidoro. "*Terra manchada de sangue*": ditadura militar e disputas de memória em torno da Usina de Cambaíba (Campos dos Goytacazes 2012 - 2023). Dissertação (mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. "O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura - um debate historiográfico". In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *1964: 50 anos depois - a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p. 35-83.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro". *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 2 (mayo-octubre 2021), p. 183-214. Doi: <https://doi.org/10.48038/revlatt.n2.31>.

MESQUITA, Zandor Gomes. *O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes*. Dissertação (pós-graduação em políticas sociais) - Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964". *Proj. História*, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. *O partido empresariado : o IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960*. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2020.

NEGRO, Antonio Luigi. "Paternalismo, populismo e história social". *Cad. AEL*, v.11, n.20/21, 2004.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes: Erca, 1995.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANTOS, Leonardo Soares dos. "Comunistas e ligas camponesas em Campos dos Goytacazes: o caso da ocupação das terras do Imbé (1962-1963)". *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, v. 7, n. 13, p. 18-33, 2020.

SIMÕES, Tiago Martins; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. "Cultura, política e direitos no canavial da ditadura militar brasileira". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, no. 56, p. 343-362, julho-dezembro 2015

TAVARES, Filipe Moreira de Azeredo. "Condições de moradias e contratos de trabalho na lavoura canavieira de Campos dos Goytacazes (1980-1989)". *Revista IDeAS*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-33, jan./dez. 2021.

TELES, Edson. "O tortuoso caminho da democracia". In: TELES, Edson. *O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 76-82

ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares: o legado da constituição brasileira de 1988". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

Recebido em novembro de 2024

Aceito em dezembro de 2024